



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3701 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 006/2018

(PAE n. 64.520/2017)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRES n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para a contratação de empresa especializada para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos Edifícios Sede, Almoarifado e Depósito de Urnas do TRES, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará **no dia 21 de fevereiro de 2018, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo MENOR PREÇO, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 11 de outubro de 2010, e pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência (ANEXO I), que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital, deverão ser consideradas as do Edital.

1.2. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I: Projeto Básico / Termo de Referência; e
- b) ANEXO II: Planilha de Custos.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. A presente licitação é destinada, **exclusivamente**, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da

empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, se assim desejar, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas na Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, órgão gestor do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 8.4 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESA, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRESA não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993; e

b) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

2.5. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de aceitação de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.5.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.5, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema "Pregão Eletrônico", por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Eletrônica, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.2. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

4.2. Deverão constar da proposta:

a) no campo "preço":

| ITEM | LOCAL | DESCRIÇÃO |
|------|---|---|
| 01 | Sede - Acesso Rua Esteves Júnior | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 02 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |
| 03 | Sede - Acesso Rua Adolfo Melo | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 04 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |
| 05 | Almoxarifado - São José | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 06 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |
| 07 | Depósito de Urnas - São José – 2 (dois) portões de acesso | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 08 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |
| 09 | Cartórios Eleitorais - Florianópolis | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 10 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |
| 11 | Cartórios Eleitorais - São José - Acesso principal | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 12 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |
| 13 | Cartórios Eleitorais - São José – Acesso secundário | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 14 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |

| | | |
|----|---|---|
| 15 | Depósito de Urnas - São José – 2 (duas) cancelas de acesso | Valor total mensal da manutenção preventiva |
| 16 | | Valor total correspondente a 1 (uma) hora de manutenção corretiva |

Obs.: excluídos os valores de peças, haja vista que serão custeadas pelo TRESA.

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do serviço ofertado, quando couber, sem alternativas.

4.2.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, é **obrigatória a apresentação de proposta para TODOS os itens.**

4.2.2. O Sistema Comprasnet fará, automaticamente, a totalização dos valores das propostas apresentadas para os itens.

4.2.3. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital.**

4.2.4. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

4.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Eletrônica.

4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

4.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

4.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

4.9. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços, antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada previamente com a Seção de Manutenção Predial, no horário das 13 às 18 horas, por meio dos telefones (48) 3251-3785 ou (48) 3251-3718.

4.9.1. Caso a empresa proponente opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRESA, designado para esse fim.

4.9.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

V. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a Sessão na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará a consonância das propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

5.2.1. A proposta que não atender às especificações do Edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

5.2.1.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, a desclassificação em um item implicará a desclassificação em todos os itens cotados pelo licitante.

5.2.2. Será, também, motivo de desclassificação, a apresentação de mais de uma proposta para o item cotado.

5.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como nas propostas, os lances serão ofertados pelos **VALORES MENSAIS** dos itens 1,3,5,7,9,11,13 e 15; e pelos **VALORES TOTAIS** dos itens 2,4,6,8,10,12,14 e 16.

6.1.1.1. A cada lance ofertado, por item, o Sistema Comprasnet atualizará, automaticamente, o valor global dos itens.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7. A etapa de lances será encerrada mediante encaminhamento, pelo Pregoeiro, de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.7.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, restará vencedor, na fase de lances, o licitante que ofertar o menor valor global.

6.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, via *chat*, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, via *chat*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, via *chat*, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com o custo estimado informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste Edital.

7.1.1. Se o preço ofertado exceder o custo estimado constante na Planilha de Custos, o Pregoeiro negociará com o licitante, por meio do sistema, via *chat*, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.1.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, a desclassificação em um item por preço excessivo implicará a desclassificação em todos os itens cotados pelo licitante.

7.2. Será, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

- a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou
- b) apresente especificações conflitantes com as exigidas no ANEXO I deste Edital; e/ou
- c) mantenha valor de item superior ao estabelecido na Planilha de Custos constante no ANEXO II deste Edital; e/ou
- d) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis.

7.2.1. Consideram-se **preços manifestamente inexequíveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.2.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consulta a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas no Item VIII, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4. Após aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos do Item VIII deste Edital.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada, pelo Pregoeiro, por meio de consulta *on line* ao SICAF e análise dos itens relacionados no subitem 8.3 deste Edital.

8.1.1. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.2. No SICAF, serão observados:

a) a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

b) a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente:

b.1) às contribuições para a Previdência Social (INSS); e

b.2) aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) o Quadro de Participação Societária, para aferição do disposto no subitem 2.4;

d) o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades de suspensão de participação em licitação promovida por este Tribunal e de impedimento de licitar com a União; e

e) a Inexistência de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.1. No caso de impossibilidade de acesso ao SICAF, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

8.3. Para fins de habilitação:

a) serão verificados:

a.1) declaração de que cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, nos termos do Decreto n. 4.358/2002;

a.2) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao [site www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br); e

a.3) o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União, por meio de consulta ao [site www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br);

b) será exigido um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto desta licitação (manutenção preventiva e corretiva em portões eletrônicos).

8.3.1. A declaração de que trata a alínea “a.1” deste subitem deverá ser apresentada por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.3.2. O(s) documento(s) mencionado(s) na **alínea “b”** do subitem 8.3 deverá(ão) ser encaminhado(s) por meio da opção **“Enviar Anexo”** do Sistema Comprasnet, **em até 30 (trinta) minutos**, contados da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactado(s) em único arquivo (.zip).

8.3.2.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias

que impediram sua leitura e impressão.

8.3.2.2. O não envio do(s) documento(s) mencionado(s) na alínea “b” do subitem 8.3, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 8.3.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 8.3.2.1, ensejará a INABILITAÇÃO da empresa.

8.3.2.3. O(s) original(is), ou cópia(s) autenticada(s), do(s) documento(s) enviado(s) por Anexo deve(m) ser entregue(s) no Protocolo deste Tribunal no prazo máximo de 5 (cinco) dias, também sob pena de INABILITAÇÃO.

8.4. Nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, verificada, no SICAF, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:

a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.4.1. Poderá o licitante solicitar prorrogação do prazo fixado na alínea “a” do subitem 8.4, por igual período, mediante mensagem enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail pregao@tre-sc.jus.br.

8.5. A não regularização da documentação nos termos do subitem 8.4 implicará:

a) decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções a que se refere o art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e

b) exame, pelo Pregoeiro, quando da reabertura da Sessão, das propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação, nos termos do subitem 7.3 deste Edital.

8.6. Para usufruir do benefício de prazo para regularização da documentação de que trata o subitem 8.4, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

IX. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de habilitação, qualquer licitante participante poderá, dentro do prazo final de 20 (vinte) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.1.1. Tendo o recorrente apresentado as razões do recurso no primeiro ou segundo dias do prazo que lhe cabe, o Pregoeiro poderá antecipar o início da contagem do prazo de 3 (três) dias para os demais licitantes apresentarem contrarrazões.

9.1.2. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão prevista no subitem 8.4, alínea “b”.

9.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

9.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 9.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a ADJUDICAR o objeto deste certame, **GLOBALMENTE**, ao licitante declarado vencedor, submetendo-o à homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

X. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.1.1. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência constante do ANEXO I deste Edital, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, limitadas ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, em função das infrações elencadas abaixo:

| GRAU | | PERCENTUAL | |
|------|--|------------|---|
| 1 | | 5% | |
| 2 | | 10% | |
| 3 | | 12% | |
| 4 | | 15% | |
| 5 | | 20% | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
| 1 | Deixar de apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação no prazo de até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço. | 1 | Por ocorrência. |
| 2 | Deixar de fornecer ao gestor cópia das notas fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos seus fabricantes. | 1 | Por ocorrência. |
| 3 | Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito, durante a garantia. | 2 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 4 | Deixar de fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses. | 3 | Por ocorrência. |
| 5 | Deixar de utilizar peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários originais sem justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo gestor contratual. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 6 | Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 7 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal. | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 8 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de | 5 | Por ocorrência. |

| | | | |
|----|---|---|---|
| | seus agentes. | | |
| 9 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais. | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 10 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada. | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |

10.2. O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não mantiver a proposta; e
- h) não entregar a amostra de produto ofertado.

10.2.1. Para os fins do contido na alínea “d” do subitem 10.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

10.3. Para os casos não previstos no subitem 10.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 10.2 e na alínea “f” do subitem 10.3 são de competência do Presidente do TRES.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

10.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

10.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 10.3, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

10.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea "f" do subitem 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XI. DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, conforme discriminado a seguir:

a) Serviço – Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

b) Peças – Natureza da Despesa 3.3.90.30, Elemento de Despesa – Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis.

11.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

12.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

12.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência e em sua proposta;

12.1.2. fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão de obra especializada;

12.1.3. realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis;

12.1.4. disponibilizar telefone para contato para atendimento a solicitações de abertura de chamados emergenciais;

12.1.5. atender às solicitações do TRESA para restabelecer o funcionamento dos portões paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos máximos previstos no item 3.2.1 do Anexo I do Edital;

12.1.6. apresentar orçamento prévio, no caso de substituição de peças, no prazo máximo previsto no item 3.2.1 do Anexo I do Edital, contado da chegada do(s) técnico(s) no local da prestação dos serviços;

12.1.7. realizar os reparos nos portões nos prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, e de 4 (quatro) horas, para situações emergenciais;

12.1.8. oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

12.1.9. prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados em no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, e de 3 (três) dias nos demais casos;

12.1.10. não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem a autorização expressa do TRESA;

- 12.1.11. realizar a troca das baterias dos controles a cada 6 (seis) meses;
- 12.1.12. fornecer peças e acessórios novos, na embalagem do fabricante;
- 12.1.13. seguir as instruções do fabricante quanto à montagem, instalação e manutenção dos equipamentos;
- 12.1.14. instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada;
- 12.1.15. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;
- 12.1.16. transmitir aos seus profissionais as informações necessárias à realização das atividades objeto deste Edital;
- 12.1.17. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como pelos provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 12.1.18. substituir de imediato profissional cuja atuação ou comportamento for prejudicial à execução dos serviços;
- 12.1.19. fornecer a cada fiscal de contrato o relatório de atendimento por manutenção preventiva ou corretiva realizada no dia;
- 12.1.20. apresentar mensalmente às respectivas fiscalizações de contrato (item 3.2 do Anexo I do Edital), os documentos fiscais individualizados e os respectivos relatórios das atividades desenvolvidas no mês de competência para cada local de prestação do serviço;
- 12.1.21. informar, previamente, à Seção de Manutenção Predial do TRESP, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a identificação dos profissionais que atuarão nas instalações do TRESP, procedimento necessário à autorização do seu acesso;
- 12.1.22. realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita no Anexo I do Edital, informando previamente à Seção de Manutenção Predial do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-3785 e 3251-3718 ou do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a data e a hora prevista;
- 12.1.23. comunicar à fiscalização de contrato, por escrito, eventual anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os devidos esclarecimentos;
- 12.1.24. refazer imediatamente, às suas expensas, os trabalhos rejeitados pela fiscalização do contrato;
- 12.1.25. efetuar a manutenção preventiva de acordo com as determinações deste Edital e com o cronograma e metodologia estabelecidos na reunião inicial entre o representante do licitante vencedor e o Gestor do Contrato, do TRESP;
- 12.1.26. apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação no prazo de até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço.
- 12.1.27. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- 12.1.28. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia anuência do TRESP; e
- 12.1.29. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

XIII. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a

apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

13.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

13.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em:

a) até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor mensal ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor mensal ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

13.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor mensal ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor mensal ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

13.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESA efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESA os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

13.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

XIV. DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, pelo Decreto n. 5.450/2005 e pela Resolução TSE n. 23.234/2010.

14.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem

como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

14.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias, sem justificativa por escrito aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

14.3.1. Nesse caso, sujeita-se, o licitante vencedor, às penalidades aludidas no Item X deste Edital.

14.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem 14.3.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XV. DA RESCISÃO

15.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

15.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" do subitem 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" do subitem 10.3.

XVI. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

16.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

XVII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

17.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Eletrônica, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br, conforme art. 19 do Dec. n. 5.450/2005.

17.5. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

Florianópolis, 2 de fevereiro de 2018.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos Edifícios Sede, Almoxarifado e Depósito de Urnas do TRESC, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José, pelo período de 12 (meses) meses, autorizado pelo Senhor, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 42.029/2017 (Pregão n. 006/2018), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, e com a Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor, inscrito no CPF sob o n., residente e domiciliado em/SC e, de outro lado, a empresa, estabelecida na, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ sob o n., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua), Senhor(a)..... inscrito(a) no CPF sob o n., residente e domiciliado(a), tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos Edifícios Sede, Almoxarifado e Depósito de Urnas do TRESC, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José, pelo período de 12 (meses) meses, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, e com a Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos Edifícios Sede, Almoxarifado e Depósito de Urnas do TRESC, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José, conforme detalhado:

| Local | Descrição dos equipamentos | Valor Mensal | Valor Hora |
|--|--|-----------------------|----------------------|
| | | Manutenção Preventiva | Manutenção Corretiva |
| Edifício Sede – Portão de Acesso Rua Esteves Júnior. | <ul style="list-style-type: none">•Portão tipo pivotante, em alumínio;•Medidas 2,70 X 3,31 m (Altura X Largura);•1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, | R\$____ | R\$____ |

| | | | |
|---|--|----------|----------|
| | <p>220V, 1/2 CV;</p> <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático, sinaleira luminosa, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.</p> | | |
| <p>Edifício Sede – Portão de Acesso Rua Adolfo Melo.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Portão tipo pivotante, em alumínio; • Medidas 1,62 X 4,50 m (Altura X Largura); • 1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2 CV; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.</p> | R\$ ____ | R\$ ____ |
| <p>Prédio do Almoxarifado do TRE-SC em São José – Portão de acesso pela Avenida Leoberto Leal</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Portão de correr, em ferro com alumínio; • Medidas 4,50 X 1,93 m (Largura X Altura), • 1 (um) kit automatizador deslizante, marca OMEGASAT, modelo DESLIZANTE 1/4 ALEN ONE, com 1 (um) motor monofásico, 220V, 1/4 CV; <p>Com travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.</p> | R\$ ____ | R\$ ____ |
| <p>Prédio do Depósito de Urnas do TRE-SC na CONAB em São José – Portões de acesso pela Rua</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Portões de correr de ferro com tela; • Medidas 5,50 x 2,10 m (Largura X Altura); • 2 (dois) motores monofásicos, 220V, modelo deslizante, 1/2 | R\$ ____ | R\$ ____ |

| | | | |
|--|---|---------|---------|
| Francisco Pedro Machado (Rua do CEASA) | <p>CV, marca Unisystem ou similar;</p> <p>Com travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados para cada portão.</p> | | |
| Prédio dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis – Portão de acesso à garagem. | <ul style="list-style-type: none"> • Portão basculante, em aço; • Medidas 2,28 X 2,36 metros (Altura X Largura); • 1 (um) motor para portão automático basculante, marca UNISYSTEM, modelo PILLAR QUAD MAX 1/3, placa de comando G2, monofásico, 220V, 1/3 CV, braço de motor em alumínio; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático; destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, placa eletrônica de comando para o motor, 15 controles remotos configurados.</p> | R\$____ | R\$____ |
| Prédio dos Cartórios Eleitorais de São José – Portão de acesso principal. | <ul style="list-style-type: none"> • Portão de correr, em ferro; • Medidas 5,50 X 2,05 metros (Largura X Altura); • 1 (um) kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.</p> | R\$____ | R\$____ |
| Prédio dos Cartórios Eleitorais de São José – Portão de acesso secundário. | <ul style="list-style-type: none"> • Portão de correr, em ferro; • Medidas 3,16 X 2,34 metros (Largura X Altura); • 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, | R\$____ | R\$____ |

| | | | |
|---|---|----------|----------|
| | 1/2 CV; Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, com 13 (treze) controles remotos configurados. | | |
| Prédio do Depósito de Urnas do TRE-SC na CONAB em São José – Cancelas de acesso pela Rua Francisco Pedro Machado (Rua do CEASA) | <ul style="list-style-type: none"> • Cancelas em haste normal em alumínio; • 2 (dois) motores monofásicos, 1/3 CV ventilado, 220V, 60Hz; • Redutor 1/56, rolamentos internos com lubrificação permanente e engrenagens de bronze; • Carcaça em chapa de aço com pintura epoxi; • Quadro de comando nas frequências: 299, 315 e 433 Mhz, com saída para minuteira, botoeira, temporizador, fotocélula e lâmpada. Regulagem de embreagem eletrônica, fechamento automático; • Cabo de alimentação padrão BR 3P. | R\$_____ | R\$_____ |

1.2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

1.2.1.1. Compreende a inspeção dos sistemas e a execução dos serviços de regulagem, ajustes mecânicos, elétricos e eletrônicos; lubrificação e limpeza dos equipamentos, dentre outros elementos que possam comprometer o perfeito funcionamento dos portões.

1.2.1.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser prestados mensalmente, preferencialmente no período matutino, das 8h às 12h, de segundas a sextas-feiras.

1.2.1.3. A Contratada deverá informar à Seção de Manutenção Predial do TRESA, com antecedência, a data e o horário previstos para a execução da manutenção preventiva, bem como a identificação do(s) funcionário(s) para que seja providenciada a autorização de seu acesso.

1.2.1.4. A manutenção preventiva inclui os insumos necessários à execução dos respectivos serviços e a substituição semestral das baterias de todos os controles.

1.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

1.2.2.1. A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação de componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, necessários ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos portões, e incluindo os eventuais serviços correlatos de aplicação de produtos anticorrosivos, soldagens, fixações em alvenaria e pinturas de reparação.

1.2.2.2. A manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer momento, a partir da solicitação da Seção de Manutenção Predial do TRESA ou da constatação da

necessidade, inclusive pela própria Contratada, durante a manutenção preventiva.

1.2.2.3. O prazo máximo para atendimento, após a solicitação da unidade competente da Contratante, será 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, ou de 4 (quatro) horas, para situação emergencial, como por exemplo, portão inoperante.

1.2.2.4. As solicitações de manutenção corretiva dar-se-ão via telefone ou e-mail, ambos indicados pela Contratada até o início de vigência da contratação.

1.2.2.5. Na execução da manutenção corretiva deverão ser utilizadas peças novas e originais.

1.2.2.6. Quando necessária a substituição de peças, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio no prazo máximo de 12h, contadas do atendimento técnico, para apreciação pelo Gestor do Contrato, o qual poderá dispensá-lo desde que comprovada a urgência da execução do serviço.

1.2.2.7. Ocorrendo a aprovação do orçamento prévio apresentado pela Contratada, a execução do serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), quando o conserto for considerado urgente, ou de 3 (três) dias nos demais casos, contado da mensagem de aprovação do Gestor do Contrato.

1.2.2.8. A substituição das peças somente poderá ocorrer após verificada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pelo Gestor do Contrato, exceto se o serviço for considerado urgente. Caso o preço seja comprovadamente excessivo, ficará a Contratante autorizada a adquirir as peças de terceiros.

1.2.3. PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NAS MANUTENÇÕES:

1.2.3.1. A Contratada, após cada manutenção, deverá apresentar ao Gestor de Contrato relatório detalhado do serviço executado, incluindo o diagnóstico, a solução adotada e as peças envolvidas.

1.2.3.2. A retirada e o deslocamento de qualquer peça ou equipamento das instalações da Contratante, para fins de manutenção, somente ocorrerá mediante autorização prévia e expressa do Gestor de Contrato.

1.2.3.3. Todas as peças eventualmente substituídas deverão ser entregues à Gestão do Contrato.

1.2.3.4. O instrumento formal para acompanhamento do serviço é o relatório técnico detalhado do serviço executado, incluindo o diagnóstico, a solução adotada e as peças envolvidas.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 006/2018, de ___/___/2017, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ___/___/___, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida à Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA, o Valor Total Mensal de R\$___ (___), conforme detalhado na subcláusula 1.1.

2.1.1. Os valores das manutenções corretivas estão relacionados na subcláusula 1.1.

2.2. As peças serão custeadas pela Contratante mediante a apresentação de orçamento prévio pela Contratada, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR MENSAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor mensal estimado a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se os valores fixados na subcláusula 1.1 multiplicados pelos quantitativos estimados no Edital do Pregão n. 006/2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de setembro de 2018, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em:

a) até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, quando o valor mensal ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, quando o valor mensal ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

6.1.3.. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor mensal ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor mensal ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, a Contratante efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pela Contratante os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, conforme discriminado a seguir:

a) Serviço – Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

b) Peças – Natureza da Despesa 3.3.90.30, Elemento de Despesa – Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2017NE000 _____, em ___/___/2017, no valor de R\$ _____(_____).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio dos **Gestores do Contrato**, quais sejam:

a) o Assistente de Chefia da Seção de Manutenção Predial e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Manutenção Predial, em relação aos Edifícios Sede da Contratante;

b) o Assistente de Chefia da Seção de Almoxarifado e Patrimônio e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, em relação ao prédio do Almoxarifado;

c) o Chefe da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, em relação aos portões e cancelas do prédio do Depósito de Urnas;

d) o Chefes de Cartório da 12ª, 13ª e 100ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de Florianópolis; e

e) os Chefes de Cartório da 29ª e 84ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de São José.

9.2. Os gestores de contrato terão autoridade para:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda,

técnica ou disciplinarmente, às exigências; não devendo isso implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;

b) exigir o cumprimento de todos os itens e cláusulas deste Contrato;

c) rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;

d) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades da Contratante.

9.3. A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

9.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESC, pelo telefone (48) 3251-3785 e/ou (48) 3251-3718.

9.5. Os Gestores do Contrato deverão manter o comprovante de execução dos serviços, fornecido pela Contratada, para fins de comprovação futura das datas respectivas, quando da emissão das atestações.

9.6. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.7. Serão impugnados pela Gestão do Contrato todos os trabalhos que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a Contratada obrigada a desmanchá-los e refazê-los, correndo por sua exclusiva conta as despesas correspondentes, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão de obra especializada;

10.1.2. realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis;

10.1.3. disponibilizar telefone para contato para atendimento a solicitações de abertura de chamados emergenciais;

10.1.4. atender às solicitações da Contratante para restabelecer o funcionamento dos portões paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos máximos previstos na cláusula primeira deste Contrato;

10.1.5. apresentar orçamento prévio, no caso de substituição de peças, no prazo máximo previsto na subcláusula 1.2.2.6, contado da chegada do(s) técnico(s) no local da prestação dos serviços;

10.1.6. realizar os reparos nos portões nos prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, e de 4 (quatro) horas, para situações emergenciais;

10.1.7. oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

10.1.8. prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados em no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, e de 3 (três) dias nos demais casos;

10.1.9. não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem a autorização expressa da Contratante;

10.1.10. realizar a troca das baterias dos controles a cada 6 (seis) meses;

- 10.1.11. fornecer peças e acessórios novos, na embalagem do fabricante;
- 10.1.12. seguir as instruções do fabricante quanto à montagem, instalação e manutenção dos equipamentos;
- 10.1.13. instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada;
- 10.1.14. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;
- 10.1.15. transmitir aos seus profissionais as informações necessárias à realização das atividades da contratação;
- 10.1.16. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como pelos provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 10.1.17. substituir de imediato profissional cuja atuação ou comportamento for prejudicial à execução dos serviços;
- 10.1.18. fornecer a cada Gestor de Contrato o relatório de atendimento por manutenção preventiva ou corretiva realizada no dia;
- 10.1.19. apresentar mensalmente aos respectivos Gestores de Contrato (cláusula nona), os documentos fiscais individualizados e os respectivos relatórios das atividades desenvolvidas no mês de competência para cada local de prestação do serviço;
- 10.1.20. informar, previamente, à Seção de Manutenção Predial do TRESP, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a identificação dos profissionais que atuarão nas instalações da Contratante, sendo este procedimento necessário à autorização do seu acesso;
- 10.1.21. realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita neste Contrato, informando previamente à Seção de Manutenção Predial do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-3785 e 3251-3718 ou do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a data e a hora prevista;
- 10.1.22. comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, eventual anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os devidos esclarecimentos;
- 10.1.23. refazer imediatamente, às suas expensas, os trabalhos rejeitados pela Gestão do Contrato;
- 10.1.24. efetuar a manutenção preventiva de acordo com as determinações contratuais e com o cronograma e metodologia estabelecidos na reunião inicial entre o representante da Contratada e o Gestor do Contrato, da Contratante;
- 10.1.25. apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação no prazo de até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço;
- 10.1.26. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências da Contratante;
- 10.1.27. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- 10.1.28. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência da Contratante; e
- 10.1.29. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 006/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A Contratante ficará obrigada a:

11.1.1. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos e empregados da Contratada às dependências da Contratante;

11.1.2. zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas;

11.1.3. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, o preço e os prazos estabelecidos no Pregão n. 006/2018;

11.1.4. promover, através de seus representantes, a fiscalização e a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

11.1.5. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

11.1.6. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;

11.1.7. comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;

11.1.8. verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da Contratada;

11.1.9. comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços; e

11.1.10. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

12.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

12.1.1. Além das penalidades previstas na subcláusula 12.1, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, limitadas ao percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do Contrato, em função das infrações elencadas abaixo:

| GRAU | | PERCENTUAL | |
|------|---|------------|---|
| 1 | | 5% | |
| 2 | | 10% | |
| 3 | | 12% | |
| 4 | | 15% | |
| 5 | | 20% | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
| 1 | Deixar de apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação no prazo de até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço. | 1 | Por ocorrência. |
| 2 | Deixar de fornecer ao gestor cópia das notas fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos seus fabricantes. | 1 | Por ocorrência. |
| 3 | Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito, durante a garantia. | 2 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |

| | | | |
|----|--|---|---|
| 4 | Deixar de fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses. | 3 | Por ocorrência. |
| 5 | Deixar de utilizar peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários originais sem justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo gestor contratual. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 6 | Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 7 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal. | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 8 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes. | 5 | Por ocorrência. |
| 9 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais. | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 10 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada. | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |

12.2. A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) apresentar documento falso;
- b) fizer declaração falsa;
- c) deixar de entregar documentação exigida na execução do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo; e
- h) cometer fraude fiscal.

12.3. Para os casos não previstos na subcláusula 12.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado deste Contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência deste Contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total deste Contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 12.2 e na alínea "f" da subcláusula 12.3 são de competência do Presidente do TRESA.

12.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

12.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

12.5. Da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 12.3, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", e 12.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

12.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea "f" da subcláusula 12.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

13.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" da subcláusula 12.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" da subcláusula 12.3.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

14.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado,

depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ... de de 2018.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

PREGÃO N. 006/2018

ANEXO I

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto da Contratação

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Almoxarifado e Depósito de Urnas do TRESA, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José, conforme especificações.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

A contratação da prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Almoxarifado do TRESA, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José, e mais recentemente as cancelas e portões automáticos de Depósito de Urnas, busca garantir o pleno funcionamento destes equipamentos.

A definição do objeto busca a melhor solução para satisfazê-la com base nos requisitos desse tipo de prestação de serviço. Justifica-se a presente contratação tendo em vista a necessidade de manutenção preventiva a fim de garantir o adequado funcionamento e a conservação dos equipamentos. Os serviços especializados de manutenção preventiva consistem em atividade comum e não finalística do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESA.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Trata-se de serviço periódico, do qual espera-se que a regularidade da operação, com a segurança exigida para os equipamentos, forneça o pleno funcionamento dos portões e cancelas na técnica adequada para cada equipamento.

2.3 Alinhamento Estratégico

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia da organização.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Estudo Preliminar juntado às págs. 6-21 do PAE 42.029/2017.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Os locais para execução dos serviços contratados, assim como o tipo de equipamento, estão apresentados a seguir:

| Id. | Bem / Serviço | Local | Descrição dos equipamentos | Demanda Prevista | Quantidade a ser contratada |
|-----|------------------------------------|--|---|------------------|-----------------------------|
| 1 | Manutenção preventiva e corretiva. | Edifício Sede – Portão de Acesso Rua Esteves Júnior. | <ul style="list-style-type: none">Portão tipo pivotante, em alumínio;Medidas 2,70 X 3,31 m (Altura X Largura);1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2 CV; | 01 | 01 |

| | | | | | |
|---|------------------------------------|--|--|----|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> Com sistema antiesmagamento, travamento automático, sinaleira luminosa, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m. | | |
| 2 | Manutenção preventiva e corretiva. | Edifício Sede – Portão de Acesso Rua Adolfo Melo. | <ul style="list-style-type: none"> Portão tipo pivotante, em alumínio; Medidas 1,62 X 4,50 m (Altura X Largura); 1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2 CV; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.</p> | 01 | 01 |
| 3 | Manutenção preventiva e corretiva. | Prédio do Almoxtari fado do TRE-SC em São José – Portão de acesso pela Avenida Leoberto Leal | <ul style="list-style-type: none"> Portão de correr, em ferro com alumínio; Medidas 4,50 X 1,93 m (Largura X Altura), 1 kit automatizador deslizante, marca OMEGASAT, modelo DESLIZANTE 1/4 ALEN ONE, com 1 (um) motor monofásico, 220V, 1/4 CV; <p>Com travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta</p> | 01 | 01 |

| | | | | | |
|---|------------------------------------|--|---|----|----|
| | | | de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados. | | |
| 4 | Manutenção preventiva e corretiva. | Prédio do Depósito de Urnas do TRE-SC na CONAB em São José – Portões de acesso pela Rua Francisco Pedro Machado (Rua do CEASA) | <ul style="list-style-type: none"> • Portão de correr de ferro com tela; • Medidas 5,50 x 2,10 m (Largura X Altura): • 1 (um) motor monofásico, 220V, modelo deslizante, 1/2 CV, marca Unisystem ou similar; <p>Com travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados para cada portão.</p> | 02 | 02 |
| 5 | Manutenção preventiva e corretiva. | Prédio dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis – Portão de acesso à garagem | <ul style="list-style-type: none"> • Portão basculante, em aço; • Medidas 2,28 X 2,36 metros (Altura X Largura); • 1 (um) motor para portão automático basculante, marca UNISYSTEM, modelo PILLAR QUAD MAX 1/3, placa de comando G2, monofásico, 220V, 1/3 CV, braço de motor em alumínio; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático; destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, placa eletrônica de comando para o motor, 15 controles remotos configurados.</p> | 01 | 01 |
| 6 | Manutenção preventiva e corretiva. | Prédio dos Cartórios Eleitorais de São José – | <ul style="list-style-type: none"> • Portão de correr, em ferro; • Medidas 5,50 X 2,05 metros (Largura X | 01 | 01 |

| | | | | | |
|---|------------------------------------|--|--|----|----|
| | | Portão de acesso principal. | <p>Altura);</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.</p> | | |
| 7 | Manutenção preventiva e corretiva. | Prédio dos Cartórios Eleitorais de São José – Portão de acesso secundário. | <ul style="list-style-type: none"> • Portão de correr, em ferro; • Medidas 3,16 X 2,34 metros (Largura X Altura); • 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV; <p>Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, com 13 (treze) controles remotos configurados.</p> | 01 | 01 |
| 8 | Manutenção preventiva e corretiva | Prédio do Depósito de Urnas do TRE-SC na CONAB em São José – Cancelas de acesso pela Rua Francisco Pedro Machado | <ul style="list-style-type: none"> • Cancela em haste normal em alumínio; • Motor monofásico, 1/3 CV ventilado, 220V, 60Hz; • Redutor 1/56, rolamentos internos com lubrificação permanente e engrenagens de bronze; • Carcaça em chapa de aço com pintura epoxi; • Quadro de comando nas frequências: 299, 315 e 433 Mhz, com saída para | 02 | 02 |

| | | | | | |
|--|--|----------------|---|--|--|
| | | (Rua do CEASA) | minuteira, botoeira, temporizador, fotocélula e lâmpada. Regulagem de embreagem eletrônica, fechamento automático; <ul style="list-style-type: none"> • Cabo de alimentação padrão BR 3P. | | |
|--|--|----------------|---|--|--|

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Almoxarifado e Depósito de Urnas do TRESP, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José.

2.8 Serviços Adicionais

Não haverá serviços adicionais.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação do objeto deverá ser global, uma vez que permitirá uma melhor otimização na gestão da contratação, bem como dos serviços executados. Além disso, amplia o interesse das empresas na participação do certame, tendo em vista que torna o objeto da contratação mais atraente em função de envolver o serviço em todos os equipamentos disponíveis.

2.10 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em prestar o serviço, nas condições estipuladas pelo contratante.

2.10.1 Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverão ser observados os seguintes critérios:

| Id. | Critério de Habilitação |
|-----|---|
| 1 | Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, manutenção preventiva e corretiva em portões eletrônicos, mediante a apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. |

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se o pregão eletrônico como modalidade de licitação e o menor preço como tipo de licitação.

2.12 Impacto Ambiental

Não haverá qualquer impacto ambiental decorrente da presente contratação.

2.13 Conformidade Técnica

O serviço a ser executado deve ser executado em conformidade com as boas técnicas de manutenção de equipamentos mecânicos e eletrônicos, as disposições legais pertinentes dos órgãos governamentais de segurança, os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção. Como também, os técnicos que realizarão a manutenção devem estar capacitados para realizarem este tipo de serviço.

2.14 Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços, a fim de verificar o estado de conservação dos equipamentos que irão receber manutenção;

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada através dos telefones (48) 3251-3785 ou 3251-3718, das 13 às 18 horas;
- b) Realizada pelo representante indicado pela empresa para os serviços;
- c) Acompanhada por representante do TRESA, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

2.15 Obrigações da Contratante

- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos e empregados da prestadora de serviços às dependências do Tribunal;
- Zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas;
- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- Promover, através de seus representantes, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
- Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;
- Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;
- Verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da empresa contratada;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16 Obrigações da Contratada

- Fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão de obra especializada;
- Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis;
- Disponibilizar telefone para contato para atendimento a solicitações de abertura de chamados emergenciais;
- Atender às solicitações do Contratante para restabelecer o funcionamento dos portões paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos máximos previstos no item 3.2.1;
- Apresentar orçamento prévio, no caso de substituição de peças, no prazo máximo previsto no item 3.2.1, contado da chegada do(s) técnico(s) no local da prestação dos serviços;
- Realizar os reparos nos portões nos prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, e de 4 (quatro) horas, para situações emergenciais;
- Oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;
- Prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados em no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, e de 3 (três) dias nos demais casos;

- Não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem a autorização expressa do TRESP;
- Realizar a troca das baterias dos controles a cada 6 (seis) meses;
- Fornecer peças e acessórios novos, na embalagem do fabricante;
- Seguir as instruções do fabricante quanto à montagem, instalação e manutenção dos equipamentos;
- Instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada.
- Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.
- Transmitir aos seus profissionais as informações necessárias à realização das atividades da contratação;
- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como pelos provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- Substituir de imediato profissional cuja atuação ou comportamento for prejudicial à execução dos serviços;
- Fornecer a cada fiscal de contrato o relatório de atendimento por manutenção preventiva ou corretiva realizada no dia;
- Apresentar mensalmente às respectivas fiscalizações de contrato (item 3.2), os documentos fiscais individualizados e os respectivos relatórios das atividades desenvolvidas no mês de competência para cada local de prestação do serviço;
- Informar, previamente, à Seção de Manutenção Predial do TRESP, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a identificação dos profissionais que atuarão nas instalações do Contratante, procedimento necessário à autorização do seu acesso;
- Realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita neste projeto, informando previamente à Seção de Manutenção Predial do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-3785 e 3251-3718 ou do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a data e a hora prevista.
- Comunicar à fiscalização de contrato, por escrito, eventual anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os devidos esclarecimentos;
- Refazer imediatamente, às suas expensas, os trabalhos rejeitados pela fiscalização do contrato;
- Efetuar a manutenção preventiva de acordo com as determinações contratuais e com o cronograma e metodologia estabelecidos na reunião inicial entre o representante da Contratada e o Gestor do Contrato, do TRESP;
- Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação no prazo de até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha a ser elaborada pela CCM (Anexo II do Edital).

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Considerando que se trata de atividade de manutenção essencial, os requisitos técnicos são os procedimentos técnicos específicos para manter as condições de funcionalidade dos portões automáticos e cancelas, conforme descritos abaixo:

3.1.1 Manutenção Preventiva:

- Compreende a inspeção dos sistemas e a execução dos serviços de regulagem, ajustes mecânicos, elétricos e eletrônicos; lubrificação e limpeza dos equipamentos, dentre outros elementos que possam comprometer o perfeito funcionamento dos portões;
- A manutenção preventiva inclui os insumos necessários à execução dos respectivos serviços e a substituição semestral das baterias de todos os controles.

3.1.2 Manutenção Corretiva:

- A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação de componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, necessários ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos portões, e incluindo os eventuais serviços correlatos de aplicação de produtos anticorrosivos, soldagens, fixações em alvenaria e pinturas de reparação;
- A manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer momento, a partir da solicitação da Seção de Manutenção Predial do TRESP ou da constatação da necessidade, inclusive pela própria Contratada, durante a manutenção preventiva;
- Na execução da manutenção corretiva deverão ser utilizadas peças novas e originais;

3.2 Execução e Gestão do Contrato

A gestão desse serviço será exercida pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial ou seu Substituto, sendo a fiscalização exercida conforme segue:

- a) O Assistente de Chefia da Seção de Manutenção Predial e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Manutenção Predial, em relação ao prédio Sede;
- b) O Assistente de Chefia da Seção de Almoxarifado e Patrimônio e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, em relação ao prédio do Almoxarifado;
- c) O Chefe da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, em relação aos portões e cancelas prédio do Depósito de Urnas;
- d) O Chefes de Cartório da 12ª, 13ª e 100ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de Florianópolis;
- e) Os Chefes de Cartório da 29ª e 84ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de São José.

A gestão e fiscalização terão autoridade para:

- Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- Exigir o cumprimento de todos os itens deste Projeto Básico;
- Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços
- Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESP.

A existência desse acompanhamento não exime a contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESP, pelo telefone (48) 3251-3785.

Os fiscais deverão manter o comprovante de execução dos serviços, fornecido pela contratada, para fins de comprovação futura das datas respectivas, quando da emissão das atestações.

3.2.1 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

3.2.1.1 Manutenção Preventiva:

- Os serviços de manutenção preventiva deverão ser prestados mensalmente,

preferencialmente no período matutino, das 8h às 12h, de segundas às sextas-feiras;

- A Contratada deverá informar à Seção de Manutenção Predial do TRESP, com antecedência, a data e o horário previstos para a execução da manutenção preventiva, bem como a identificação do(s) funcionário(s) para que seja providenciada a autorização de seu acesso;

3.2.1.2 Manutenção Corretiva:

- O prazo máximo para atendimento, após a solicitação da unidade competente do TRESP, será 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, ou de 4 (quatro) horas, para situação emergencial, como por exemplo, portão inoperante;
- As solicitações de manutenção corretiva dar-se-ão via telefone ou e-mail, ambos indicados pela Contratada até o início de vigência da contratação;
- Quando necessária a substituição de peças, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio no prazo máximo de 12h, contadas do atendimento técnico, para apreciação pelo gestor do contrato, o qual poderá dispensá-lo desde que comprovada a urgência da execução do serviço;
- Ocorrendo a aprovação do orçamento prévio apresentado pela Contratada, a execução do serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), quando o conserto for considerado urgente, ou de 3 (três) dias nos demais casos, contado da mensagem de aprovação do gestor do contrato;
- A substituição das peças somente poderá ocorrer após verificada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pelo fiscal do contrato, exceto se o serviço for considerado urgente. Caso o preço seja comprovadamente excessivo, ficará o TRESP autorizado a adquirir as peças de terceiros.

3.2.1.3 Procedimentos a serem observados nas manutenções:

- A Contratada, após cada manutenção, deverá apresentar ao fiscal de contrato relatório detalhado do serviço executado, incluindo o diagnóstico, a solução adotada e as peças envolvidas;
- A retirada e o deslocamento de qualquer peça ou equipamento das instalações do TRESP, para fins de manutenção, somente ocorrerá mediante autorização prévia e expressa da fiscalização do contrato;
- Todas as peças eventualmente substituídas deverão ser entregues à fiscalização do contrato.

3.2.2 Instrumentos Formais

O instrumento formal para acompanhamento do serviço é o relatório técnico detalhado do serviço executado, incluindo o diagnóstico, a solução adotada e as peças envolvidas.

3.2.3 Prazos de Garantia

O prazo de garantia deverá ser de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos.

3.2.4 Recebimento Provisório e Definitivo

Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

- **Provisoriamente**, no ato da entrega do relatório detalhado do serviço executado, para efeito de posterior verificação da qualidade dos serviços;
- **Definitivamente**, mediante recibo, após verificação de sua qualidade e conformidade aos termos deste Projeto Básico.

3.2.5 Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total ficar abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total ficar igual ou acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total ficar abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total for igual ou superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.2.6 Qualificação Técnica

A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, ou seja, manutenção corretiva em portões eletrônicos, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.2.7 Descumprimento Contratual

Além das penalidades previstas no item 3.2.8, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades limitadas ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, em função das infrações elencadas abaixo:

| TABELA 1 – PERCENTUAIS | |
|------------------------|-----|
| GRAU | R\$ |
| 1 | 5% |
| 2 | 10% |
| 3 | 12% |
| 4 | 15% |
| 5 | 20% |

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|--|------|---|
| 1 | Deixar de apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação no prazo de até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço | 1 | Por ocorrência. |
| 2 | Deixar de fornecer ao gestor cópia das notas fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos seus fabricantes. | 1 | Por ocorrência. |
| 3 | Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito, durante a garantia. | 2 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 4 | Deixar de fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e | 3 | Por ocorrência. |

| | | | |
|----|---|---|---|
| | instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses | | |
| 5 | Deixar de utilizar peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários originais sem justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo gestor contratual. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 6 | Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 3 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 7 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal. | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 8 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes. | 5 | Por ocorrência. |
| 9 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais. | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |
| 10 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada. | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação. |

3.2.8 Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não mantiver a proposta; e
- h) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na letra “d” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESA as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor dos serviços em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

PREGÃO N. 006/2018

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

* Valores expressos em Real (R\$).

| ITEM | LOCAL | DESCRIÇÃO | CUSTO ESTIMADO MENSAL (R\$) |
|------|---|-------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Sede - Acesso Rua Esteves Júnior | Manutenção preventiva mensal | 117,50 |
| 2 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 3 | Sede - Acesso Rua Adolfo Melo | Manutenção preventiva mensal | 117,50 |
| 4 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 5 | Almoxarifado - São José | Manutenção preventiva mensal | 102,50 |
| 6 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 7 | Depósito de Urnas - São José - 2 portões de acesso | Manutenção preventiva mensal | 205,00 |
| 8 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 9 | Cartórios Eleitorais - Florianópolis | Manutenção preventiva mensal | 102,50 |
| 10 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 11 | Cartórios Eleitorais - São José- Acesso principal | Manutenção preventiva mensal | 117,50 |
| 12 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 13 | Cartórios Eleitorais - São José- Acesso secundário | Manutenção preventiva mensal | 117,50 |
| 14 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |
| 15 | Depósito de Urnas - São José - 2 cancelas de acesso | Manutenção preventiva mensal | 205,00 |
| 16 | | Manutenção corretiva – 1 hora | 105,00 |

- Planilha elaborada em 19 de janeiro de 2018.